

## RELAÇÕES ENTRE POBREZA, CONSUMO E BEM ESTAR

Andrea Marcia de Abreu Freitas<sup>1</sup>

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo traz reflexões sobre as categorias pobreza, consumo e bem estar com referências teóricas para analisar a política social. Traz com destaque o diagnóstico das classes sociais do país, pontuando que existem classes de rendimento e não classe social como costumamos mencionar. Para tanto, considera o quadro social brasileiro e os programas sociais direcionados, historicamente para o enfrentamento da pobreza. Nesse contexto, enfatiza a conjuntura recente com indicação do declínio nos índices pobreza e desigualdade social e da elevação dos recursos orçamentários direcionados à atender a classe de rendimento privilegiada repetidamente beneficiada. Mostra uma problematização sobre o distanciamento cada vez mais abrangente das classes de rendimento, transformando a população pobre ainda mais pobre maior e a população rica mais rica e crescente. Os resultados das entrevistas mostram que o consumo está limitado às condições de compra no qual está inserido o grupo de pessoas mais carente de recursos e condições mínimas necessárias e básicas para viver e, por outro lado é ilimitada a condição do grupo privilegiado que consome por ansiedade e não por necessidade. Sabe-se que aproximadamente 90% desse comportamento de consumo é inconsciente e que quanto maior o estresse a que estivermos submetidos em nosso mundo e quanto maior for o medo, maior será a procura por bases sólidas e, conseqüentemente mais coisas queremos.

**Palavras-chave:** Pobreza. Consumo. Bem estar. Classe de Rendimento.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de MBA em Gestão Estratégica de Pessoas do Centro Universitário do Rio Grande do Norte. Email: andreamarcia@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor Orientador do Curso de MBA em Gestão Estratégica de Pessoas do Centro Universitário do Rio Grande do Norte. Email: arcamara@uol.com.br

## RELATIONSHIPS BETWEEN POVERTY, CONSUMPTION AND WELL-BEING

### ABSTRACT

This article brings reflections on the categories poverty, consumption and welfare with theoretical references to analyze social policy. It draws attention to the diagnosis of the social classes of the country, noting that there are classes of income and not social class as we usually mention. To do so, it considers the Brazilian social context and the social programs directed, historically to face poverty. In this context, it emphasizes the recent conjuncture with an indication of the decline in the poverty and social inequality indexes and the increase of the budgetary resources directed to attend to the class of privileged income repeatedly benefited. It shows a problematization about the ever-widening gap in income classes, turning the poor population even the poorest and the richest and fastest growing rich population. The results of the interviews show that consumption is limited to the conditions of purchase in which the group of people who lack the most basic resources and conditions necessary and basic to live are inserted, and on the other hand the condition of the privileged group that consumes by anxiety is unlimited And not out of necessity. It is known that approximately 90% of this consumption behavior is unconscious and that the greater the stress we are subjected to in our world and the greater the fear, the greater will be the search for solid foundations and consequently more we want.

**Keywords:** Poverty. Consumption. Welfare. Income Class.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo atender ao requisito de conclusão de curso MBA em Gestão Estratégica de Pessoas do programa de Pós graduação do Centro Universitário do Rio Grande do Norte UNI/RN.

A principal intenção desse artigo é contribuir com o esclarecimento acerca das relações entre pobreza, consumo e bem estar. Nesse sentido, tem-se como intuito: identificar a pobreza diante da desigualdade social; compreender a desigualdade

social; diagnosticar as classes sociais; conhecer a lógica do consumo; identificar consumo, pobreza e qualidade de vida.

Através de pesquisa *in locu* e entrevistas no bairro das Rocas, na zona leste da cidade do Natal e na praia de Muriú, área do litoral norte do estado, foram apurados alguns dados. Esses procedimentos foram agendados, e, logo após o momento da visita, os dados apurados foram analisados para que os subsídios relevantes fossem utilizados na construção do artigo.

Um dos fatores que contribuíram para o estudo deste tema foram inquietações devido as dificuldades que permeiam as entrevistas, considerando que, as pessoas entrevistadas em alguns momentos se sentiam inseguras com relação a outras pessoas conhecerem seu modo humilde e de poucas expectativas de melhores condições de vida.

Acreditar que o fruto desse trabalho poderá também servir para que as pessoas informem-se a respeito desse assunto, como também entendam os motivos pelo qual essa condição precária de sobrevivência, o consumismo e o bem estar interferem no cotidiano do ser humano.

Não somente, busca-se também sensibilizar o estado, empresários, políticos e pessoas de classe média abastarda a ter um novo olhar na condição de vida dessa classe social tão sofrida.

Desse modo, o artigo está estruturado em duas partes. A primeira refere-se a desigualdade social-evolução histórica com sub itens desse tema. A segunda parte inclui a teoria do consumidor falando da lógica do consumo, cultura, identidade e mudanças.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

No processo de civilização.

Se a desigualdade se deve, ao menos em parte, a fatores fora do controle dos indivíduos, como a desigualdade das dotações iniciais transmitidas pela família ou pela sorte, sobre as quais os indivíduos envolvidos não podem ser considerados responsáveis, então é justo o Estado buscar melhorar, da maneira mais eficaz possível, a vida das pessoas mais pobres. (PIKETTY, p. 10).

As teorias modernas de justiça social exprimiram essa ideia sob a forma do princípio "maximin", segundo o qual a sociedade justa deve maximizar oportunidades e condições mínimas de vida oferecidas pelo sistema social. Esse princípio foi introduzido formalmente por Serge-Christophe Kolm (1971) e Rawls (1972), embora o encontremos sob formas mais ou menos explícitas bem mais antigas, como, por exemplo, na noção tradicional de que direitos iguais os mais amplos possíveis devem ser garantidos a todos.

Evolução da modernização da sociedade.

Somente após a Segunda Guerra Mundial se tornou de fato possível constatar a queda da desigualdade dos salários e das rendas nos países ocidentais a partir do século XIX, dando origem à formulação de novas previsões. A mais célebre foi a de Kuznets [1955]: segundo ele, a desigualdade tende a desenhar uma curva em  $\cap$  ao longo do processo de desenvolvimento, com uma primeira fase de desigualdade crescente causada pela industrialização e pela urbanização das sociedades agrícolas tradicionais, seguida por uma segunda fase de estabilização e depois de redução substancial da desigualdade. (PIKETTY, p. 26).

No quesito Pobreza diante da desigualdade social.

O artigo Desigualdade, pobreza e bem estar social no Brasil do ano 1981/95 afirma que a desigualdade no Brasil está entre as maiores do mundo. Nesta época o Banco Mundial lista-a como a primeira ou a segunda e assim, combinado com a importância geográfica e econômica do país, a torna um caso de estudo importante para qualquer interessado em análise distributiva. (FERREIRA; LITCHFIELD, 2001).

Os valores pagos ao capital e ao trabalho não terão consequência alguma sobre o nível de produção e o volume de emprego. A divisão da renda entre capital e trabalho envolve um puro conflito distributivo. (PIKETTY, 2015, p. 37).

Com relação a Teoria do consumidor importante evidenciar cultura, consumo e mudanças.

A maioria das religiões tem uma visão clara. Dessa forma, diz-se que suas missões, sejam elas chegar a um certo estado de graça ou alcançar uma meta espiritual, não são ambíguas. E, é claro, a maioria das empresas também tem

missões sem ambiguidade. A visão de Steve Jobs para a Apple remonta a meados da década de 1980, quando ele disse: “O homem é o criador da mudança neste mundo. Como tal, deve estar acima dos sistemas e estruturas, e não subordinado a eles”. Vinte anos e alguns milhões de iPods mais tarde, a empresa ainda segue em busca dessa visão e, sem dúvida, continuará a fazê-lo daqui a vinte anos. (LINDSTROM, 2016, p. 101).

Segundo uma outra história, quando a Unilever estava se preparando para lançar um xampu na Ásia, um funcionário malicioso com tempo de sobra escreveu na etiqueta, só por diversão, “contém o fator X9”. Seis meses mais tarde, quando aquele lote de xampu esgotou, a empresa reimprimiu a etiqueta, dessa vez sem fazer referência ao inexistente “Fator X9”. Para surpresa geral, a empresa logo recebeu um monte de cartas indignadas dos clientes. Nenhum deles fazia ideia do que fosse o Fator X9, mas estavam revoltados porque a Unilever havia ousado retirar o componente da fórmula. Na verdade, muitas pessoas afirmavam que o xampu não funcionava mais e que os seus cabelos haviam perdido o brilho, tudo porque a empresa havia retirado o ilusório Fator X9. Isso mostra simplesmente que, quanto mais mistério e intriga uma marca é capaz de cultivar, mais é a probabilidade de nos agradar. (LINDSTROM, 2016, p. 106).

## 2.1 O PROCESSO DE CIVILIZAÇÃO

Os conflitos políticos têm como cerne a questão da desigualdade e da redistribuição, centralizado tradicionalmente em duas posições.

Inicialmente, a posição liberal de direita afirma que só as forças do mercado, a iniciativa individual e o aumento da produtividade possibilitam no longo prazo uma melhora positiva da renda e das condições de vida, em particular dos mais desfavorecidos. Partindo daí, a ação pública de redistribuição deve não apenas ser moderada, mas se limitar a instrumentos que interfiram o mínimo possível nesse mecanismo virtuoso.

A posição tradicional de esquerda, herdada dos teóricos socialistas do século XIX e da prática sindical, por outro lado, afirma que somente as lutas sociais e políticas são capazes de atenuar a miséria dos menos favorecidos produzida pelo sistema capitalista. Desse modo, a ação pública de redistribuição deve, ao contrário, permear o âmago do processo de produção, contestando assim a maneira como as

forças de mercado determinam os lucros apropriados pelos detentores do capital, bem como a desigualdade entre os assalariados dado a nacionalização dos meios de produção ou o estabelecimento de grades salariais compulsórias, sem se limitar à cobrança de impostos para financiar transferências fiscais como exemplo.

Em primeiro lugar, esse conflito de direita e esquerda mostra que as discordâncias quanto à forma concreta e à adequação de uma ação pública de redistribuição não se devem necessariamente a princípios antagônicos de justiça social, mas especialmente a análises antagônicas dos mecanismos econômicos e sociais que produzem a desigualdade. Existe certo consenso a respeito de diversos princípios básicos de justiça social. Se a desigualdade se deve, ao menos em parte, a fatores fora do controle dos indivíduos, como a desigualdade das dotações iniciais transmitidas pela família ou pela sorte, então é justo o Estado buscar melhorar, da maneira mais eficaz possível, a vida das pessoas mais pobres, ou seja, daquelas que precisam enfrentar os fatores não controláveis mais adversos é um exemplo a ser dado.

## 2.2 A EVOLUÇÃO DA MODERNIZAÇÃO DA SOCIEDADE

O que podemos dizer quanto às diferenças entre ricos e pobres de um mesmo país ou entre países ricos e países pobres?

Para Marx e os teóricos socialistas do século XIX a lógica do sistema capitalista é alargar incessantemente a desigualdade entre duas classes sociais opostas, os proletários e os capitalistas, e isso tanto no âmbito dos países industrializados como entre países ricos e países pobres. Previsões essas logo contestadas dentro da própria corrente socialista. A tese da classe social proletária não resiste, escreve Bernstein nos anos 1890, uma vez que, ao contrário, observamos que a estrutura social se diversifica e que a riqueza se espalha em camadas cada vez mais amplas da sociedade.

Somente após a Segunda Guerra Mundial, portanto, se tornou de fato possível constatar a queda da desigualdade dos salários e das rendas nos países ocidentais a partir do século XIX, o que originou a formulação de novas previsões. A mais célebre foi a de Kuznets, 1955: segundo ele, a desigualdade tende a desenhar uma curva ao longo do processo de desenvolvimento, com uma primeira fase de desigualdade crescente causada pela industrialização e pela urbanização das

sociedades agrícolas tradicionais, seguida por uma segunda fase de estabilização e depois de redução substancial da desigualdade. Essa tendência de aumento da desigualdade no século XIX foi particularmente bem estudada no caso do Reino Unido (WILLIAMSON, 1985) e dos Estados Unidos (WILLIAMSON; LINDERT, 1980).

Todavia, as pesquisas mais recentes realizadas na França e nos Estados Unidos (PIKETTY, 2001; PIKETTY; SAEZ, 2003; LANDAIS, 2007) mostram que essa forte redução da desigualdade observada ao longo do século XX não é de forma alguma consequência de um processo econômico "natural". Ela diz respeito exclusivamente a desigualdade dos patrimônios e é decorrente dos choques sofridos entre 1914 e 1945 pelos detentores de patrimônios (guerras, inflação, crise dos anos 1930). A partir de então, a concentração das fortunas e das rendas do capital nunca voltou ao nível astronômico que se caracterizava as vésperas da Primeira Guerra Mundial. A explicação mais semelhante à verdade envolve a revolução fiscal que marcou o século XX. Com efeito, o impacto do imposto progressivo sobre a renda (criado em 1914) e do imposto progressivo sobre as heranças (criado em 1901) na acumulação e na transmissão de patrimônios importantes parece ter evitado o retorno à sociedade de rentistas do século XIX. Se as sociedades contemporâneas tornaram-se sociedades de executivos, isto é, sociedades cujo topo da distribuição é dominado por indivíduos que vivem principalmente das rendas do trabalho (e não das rendas de um capital acumulado do passado), tal reviravolta foi causada acima de tudo por essas circunstâncias históricas e instituições específicas.

### 2.3 DESIGUALDADE SOCIAL – EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A partir da Revolução Industrial, e principalmente a partir dos trabalhos de Karl Marx (1818-1883), a questão da desigualdade social e da redistribuição de renda é praticada quase sempre em termos de oposição entre capital e trabalho, lucros e salários, patrões e empregados. Deste modo, a desigualdade é descrita como uma oposição entre aqueles que detêm o capital, ou seja, os meios de produção, e recebem seus rendimentos e aqueles que não o detêm e devem alegrar-se com a renda de seu trabalho. Logo, a fonte fundamental da desigualdade seria a distribuição desigual da propriedade do capital.

Um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania.

Inicialmente percebemos que o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. Em seguida, acreditamos que os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na perversa desigualdade da distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social.

Com base no artigo Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável, o grau de pobreza atingiu seus valores máximos durante a recessão do início dos anos 80, em 1983 e 1984, quando a porcentagem de pobres ultrapassou a barreira dos 50%. Dos impactos dos planos Cruzado e Real, resultam as maiores quedas, fazendo a porcentagem de pobres cair abaixo de 30% e 35% respectivamente.

O Brasil, ao completar 500 anos, talvez esteja descobrindo seu principal desafio. A pobreza é o mais agudo problema econômico do país. Erradicar a pobreza e combater a desigualdade, binômio complexo que sustenta o projeto de uma nova sociedade.

### **2.3.1 Pobreza diante da desigualdade social**

Desde o começo dos anos 80, os programas de “estabilização macroeconômica” e de “ajuste estrutural” impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países em desenvolvimento (como condição para a renegociação da dívida externa) têm levado centenas de milhões de pessoas ao empobrecimento. Contrariando o espírito do acordo de Breton Woods, cuja intenção era a “reconstrução econômica” e a estabilidade das principais taxas de câmbio, o programa de ajuste estrutural (PAE) tem contribuído amplamente para desestabilizar moedas nacionais e arruinar as economias dos países em desenvolvimento.

Entrou em colapso o poder de compra interno. A fome eclodiu, hospitais e escolas foram fechados, centenas de milhões de crianças viram negado seu direito à educação primária. Em diversas regiões do mundo em desenvolvimento, as reformas conduziram ao ressurgimento de doenças infecciosas como a malária, o cólera e a tuberculose. Ainda que, a missão do Banco Mundial consista em “combater a pobreza” e proteger o meio ambiente, seu patrocínio para projetos

hidrelétricos e agroindustriais em grande escala também tem acelerado o processo de desmatamento e de destruição do meio ambiente, causando a expulsão e o deslocamento forçado de vários milhões de pessoas.

### **2.3.2 Linha de pobreza**

É o termo utilizado para descrever o nível de renda anual com o qual uma pessoa ou uma família não possui condições de obter todos os recursos necessários para viver. A linha de pobreza é, geralmente, medida em termos per capita (expressão latina que significa “por cabeça”) e diversos órgãos, sejam eles nacionais ou internacionais, estabelecem índices de linha de pobreza.

Entender o significado de renda per capita é dizer do nome de um indicador que auxilia o conhecimento sobre o grau de desenvolvimento de um país e consiste na divisão do coeficiente da renda nacional (produto nacional bruto subtraído dos gastos de depreciação do capital e os impostos indiretos) pela sua população.

A mensuração da pobreza extrema na abordagem sob a ótica da renda, utilizada para delimitar, por regiões, a população em situação de pobreza extrema no Brasil, tendo como base os dados do Censo Demográfico de 2000. Nessa mensuração foi observado que no ano 2000, a proporção de pessoas em condições de pobreza extrema no Brasil era de 12.9%, correspondentes a 21.7 milhões de pessoas e que a região Nordeste de destacou em primeiro lugar com 11.481 número de pobres.

A partir da estimativa fundamentada nas estruturas de consumo alimentar observadas nas populações de baixa renda do país surgiu a cesta básica capaz de atender, ao menor custo, as necessidades nutricionais médias.

Em real, os valores desta cesta básica, nos mostra a linha de pobreza extrema. E as pessoas com renda familiar per capita abaixo desses valores são consideradas em situações de pobreza extrema.

Conforme fontes do livro A nova geografia da fome e da pobreza, entre 2004 e 2013, os índices de pobreza no país caíram de 20% para 9% da população e de 7% para 4% no caso da pobreza extrema. No entanto, os principais aspectos ou perfis da pobreza continuam os mesmos: ela está mais presente no meio rural e nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

### **2.3.3 Desigualdade Salarial**

Na globalização da Pobreza, a desigualdade salarial se dá quando existe uma parte da sociedade que retém muito poder aquisitivo e do outro lado, uma porção que em algumas vezes não têm ao menos água potável para beber, gerando então essa polarização social (quando existem extremos) e a concentração da riqueza.

No Sul, no Leste e no Norte, uma minoria social privilegiada acumulou grande riqueza em prejuízo da grande maioria da população. Essa nova ordem financeira internacional é nutrida pela pobreza humana e pela destruição do meio ambiente. Ela estimula o racismo e os conflitos étnicos, gera o apartheid social, solapa os direitos das mulheres e, frequentemente, acelera países em confrontos destrutivos entre nacionalidades. Além do mais, as reformas, visto que são aplicadas ao mesmo tempo em mais de cem países, levam a uma globalização da pobreza, reduz a nada na subsistência humana e destrói a sociedade no sul, no Leste e no Norte.

Segundo Velloso, em muitos países endividados do Terceiro Mundo, o valor real dos salários no setor moderno declinou mais de 60% desde o começo dos anos 80. A situação do setor informal e do desemprego é ainda mais crítica.

### **2.3.4 Condições de Sobrevivência**

Uma política de desenvolvimento social que passou a incluir mecanismos de assistência com ações sociais como bolsa família, seguro desemprego ou pensões, termina não beneficiando os que mais necessitam do governo, aqueles que de fato são extremamente vulneráveis. Os defensores da política social tradicional dizem que apenas esta é capaz de não produzir pobres. Outros ainda observam que o problema da política de pobreza é que subsídios não funcionam, e não arrancam pessoas de sua miserabilidade porque não atacam os processos geradores dessa condição. Finalmente outros acusam que seu problema é precisamente o de funcionar e assim, criar dependência com relação ao governo, gerando um desestímulo ao esforço individual.

Fatos a enfrentar tais questões:

- Complemento de renda pode, de fato, fazer a diferença entre a vida e a morte.

Ex: Programas como Fome Zero, Erradicação do Trabalho de Menor, Bolsa Família, Bolsa Escola.

- É pequeno o risco no Brasil que os pobres percam sua iniciativa individual e fiquem em dependência excessiva de governo.

- Uma política de assistência social dirigida aos mais pobres não significa necessariamente substituir a política de desenvolvimento social clássica; mas, sim, ampliá-la.

- O governo deve estar atento, para que a assistência aos mais pobres não direcione ao enfraquecimento da rede social e de seu papel aglutinador de sociabilidade, mas sim, a seu fortalecimento.

Em conclusão, o desafio do desenvolvimento contemporâneo no Brasil permanece o de cumprir com três objetivos principais, compreendendo que os meios de atingí-los devem ser complementares para que, no longo prazo, todos os brasileiros possam estar vivos, melhorando suas condições de sobrevivência:

- a) Não empobrecer os que não são pobres.
- b) Criar canais de ascensão para os grupos sociais mais desfavorecidos, intervindo nos processos que criam sua vulnerabilidade.
- c) Promover o direito à vida dos mais pobres até que possam deixar de sê-lo.

### **2.3.5 Causas sociais da desigualdade**

A questão da substituição capital-trabalho é uma causa social da desigualdade ao mostrar que para utilizar corretamente determinada máquina, são necessários exatamente  $n$  trabalhadores, nem mais nem menos.

Visto assim, observa-se que a repartição da renda entre capital e trabalho é de natureza puramente distributiva: trata-se apenas de dividir a unidade produzida entre os dois fatores de produção, que são o capital e o trabalho, isto é, entre o proprietário da máquina e os  $n$  trabalhadores, a despeito do processo de produção

em si. Caso não haja uma ação pública de redistribuição, a divisão efetiva da renda entre capital e trabalho dependerá, por exemplo, do poder de negociação dos sindicatos, da capacidade dos empregadores de se apropriar de uma larga fatia ou, como é mais comum, do estado vigente das relações de forças entre capitalistas e trabalhadores. Contudo, o fato essencial aqui é que os valores pagos ao capital e ao trabalho não terão consequência alguma sobre o nível de produção e o volume de emprego. A divisão da renda entre capital e trabalho envolve um puro conflito distributivo.

O impacto social da reforma macroeconômica trouxe implicações. Entre elas a saúde, a educação, os direitos sociais das mulheres e o ambiente e têm sido fartamente documentadas. Fecham-se escolas e demitem-se professores, devido à falta de verbas; no setor de saúde há um colapso geral nas medicinas curativa e preventiva, em consequência da falta de equipamentos médicos e suprimentos, das péssimas condições de trabalho e dos baixos salários pagos aos seus profissionais.

O fato é que a maior parte das desigualdades de renda se explica hoje em dia, e com certeza há muito tempo, pela desigualdade das próprias rendas do trabalho ainda que a oposição entre rendas do capital distribuídas de forma bastante desigual e rendas do trabalho supostamente homogêneas tenha marcado muito a análise da desigualdade.

### **2.3.6 Compreendendo a desigualdade social**

Compreender a desigualdade social permite falar da desigualdade dos salários e da desigualdade do capital humano.

Para explicar a desigualdade dos salários a teoria mais simples sustenta que diferentes salários conduz diferentes contribuições à produção de uma empresa. Pode-se citar, o técnico em informática que permite à empresa informatizar todos os arquivos de clientes e tratá-los de maneira mais confiável e rápida proporciona mais dinheiro a seu patrão do que o escriturário que despacha certo número de documentos por dia. Desse modo, a empresa destina um salário mais elevado ao técnico em informática, para impedir que outras empresas o contratem. Sem dúvida, a agressividade tenaz enfrentada pela teoria do capital humano se explica pelo fato de que, quando alguém decreta que o salário do técnico em informática é mais alto que o do escriturário porque seu capital humano e, logo, sua produtividade são mais

elevados, duvidamos que, para essa pessoa, a desigualdade de capital humano calcula automaticamente uma desigualdade irremediável e insuperável entre dois seres humanos e justifica a desigualdade por vezes significativa entre as condições de vida acarretada pela disparidade desses salários.

Omitindo a questão das origens dessa desigualdade, isto é, sob sua forma mais rudimentar, a teoria do capital humano afirma apenas que o trabalho não é uma entidade homogênea e que diferentes indivíduos, pelas mais diversas razões, são caracterizados por diferentes níveis de capital humano, ou seja, por diferentes capacidades de contribuir para a produção dos bens e serviços demandados pelos consumidores. Dada essa repartição da população em diferentes níveis de capital humano (a oferta de trabalho) e essa demanda por diferentes tipos de bens e serviços que permitem produzi-los (a demanda de trabalho), o sistema da oferta e da demanda determina os salários associados aos diferentes níveis de capital humano, e assim, a desigualdade dos salários.

### **2.3.7 Diagnóstico das classes sociais**

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por orientação da Organização das Nações Unidas (ONU) deve-se usar em vez de classes sociais o termo Classes de Rendimento.

Brasil – Ano 2015

Até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo = 12.839 pessoas

Mais de  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo = 31.888 pessoas

Mais de 1 a 2 salários mínimos = 42.728 pessoas

Mais de 2 a 3 salários mínimos = 15.112 pessoas

Mais de 3 a 5 salários mínimos = 10.801 pessoas

Mais de 5 a 10 salários mínimos = 6.957 pessoas

Mais de 10 a 20 salários mínimos = 2.407 pessoas

Mais de 20 salários mínimos = 708 pessoas

Sem rendimento = 52.272 pessoas

Sem declaração = 1.946 pessoas

Total = 177.657 (cento e setenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e sete pessoas).

### **2.3.8 Instrumentos da redistribuição**

Após análise de alguns instrumentos mais importantes confrontado com a experiência contemporânea da redistribuição foi distinguido dois tipos de redistribuição, a pura e a eficiente.

O instrumento privilegiado da redistribuição pura é a redistribuição fiscal, que, por meio de tributações e transferências, permite corrigir a desigualdade das rendas produzida pela desigualdade das dotações iniciais e pelas forças de mercado, ao mesmo tempo em que preserva ao máximo a função alocativa do sistema de preços. Concentra-se aqui na redistribuição fiscal das rendas do trabalho. Além de terem um impacto limitado se comparadas às rendas de atividade, a tributação e redistribuição das rendas do capital, levantam problemas específicos já analisados.

A redistribuição fiscal moderna resulta de um conjunto complexo de tributações (imposto sobre a renda, ICMS, contribuições sociais etc.), transferências (assistência familiar, seguro desemprego, renda mínima, aposentadorias etc.) e despesas arcadas diretamente pelo Estado (saúde, educação etc.). Uma forma sintética muito utilizada para resumir a importância das tributações e transferências em determinado país é a soma de todas elas expressa em porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB).

Seguidamente, as redistribuições eficientes, quando em várias situações, a desigualdade exige uma ação coletiva de redistribuição não só por ir contra o nosso

senso de justiça social, como por representar um imenso desperdício de recursos humanos que poderiam ser mais bem utilizados em benefício de todos. O exemplo característico é o da discriminação ou do poder de monopólio (a forma de mercado com apenas um comprador) sobre o mercado de trabalho: além de ser um tanto humilhante, seria ineficaz oferecer tão somente uma transferência fiscal compensadora aos que forem injustamente discriminados ou explorados pelo empregador. Essas desigualdades precisam de instrumentos de redistribuição que admitam corrigir tais ineficácias e ao mesmo tempo redistribuir a renda, como as ações afirmativas, um salário mínimo ou, mais genericamente, intervenções diretas sobre o mercado de trabalho.

### **2.3.9 Mecanismo sócio econômico**

A dimensão continental do país, as diferenciações estruturais de sua economia, sua diversidade étnica, as disparidades regionais, sub-regionais e urbano-rurais de níveis de desenvolvimento fazem com que, no complexo mosaico social brasileiro, ocorram situações de pobreza extremamente variadas.

O Brasil elabora ações e mecanismos para amenizar essa condição alarmante da miséria através da criação de Programas como Fome Zero, Erradicação do Trabalho de Menor, o bem sucedido Bolsa Escola ou a proposta do Bolsa Família.

Com o objetivo de identificar e comparar a influência do crescimento econômico e do programa Bolsa Família no combate a pobreza, o Artigo como tema "Política e Pobreza no Brasil" utilizou-se como metodologia de mensuração a Análise Discriminante. Os resultados demonstram que o baixo nível de alfabetização pode ser entendido como característica inerente à maior incidência de pobreza. Em relação ao Programa Bolsa Família, este possui uma relação inversa com incidência de pobreza sugerindo que aumentos no valor dos benefícios transferidos pelo governo promovem a redução da pobreza. Em outras palavras, educação e transferência de renda discriminam os estados brasileiros que estão acima da média, em termos de nível de pobreza, daqueles que estão abaixo da média. Por outro lado, o crescimento econômico não explicou a diferença de incidência de pobreza entre os dois grupos.

No Brasil, a pobreza é reflexo da histórica desigualdade de renda. O país se destaca tanto no econômico – como uma das maiores economias do mundo – como na elevada desigualdade de distribuição de renda. Dados contidos no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU, 2010) apontam que, no Brasil 8% da população vive com menos de \$1,25 (PPP) dólar por dia o que representa 13 milhões de brasileiros.

## 2.4 TEORIA DO CONSUMIDOR

A Teoria do Consumidor, também chamada de Teoria da Escolha, é uma teoria microeconômica, que busca descrever como os consumidores tomam decisões de compra e como eles enfrentam as situações em que há conflito de escolha (tradeoffs) e as mudanças em seu ambiente. Os fatores que influenciam as escolhas dos consumidores estão basicamente ligados à sua restrição orçamental e preferências.

Para a Teoria do Consumidor, as pessoas escolhem obter um bem em detrimento do outro em virtude da utilidade que lhe proporciona.

Em termos genéricos, a Microeconomia trata das escolhas dos indivíduos quanto à afetação dos recursos escassos que têm disponíveis feitas no melhor do seu interesse (a afetação individual das coisas com valor). Assim, estuda os fundamentos das escolhas econômicas de cada indivíduo e a sua evolução no tempo motivada pela alteração dos preços relativos, do rendimento, das necessidades (gastos e preferências), da tecnologia, da informação, etc.

A microeconomia estuda ainda o resultado da interação entre as decisões individuais.

### 2.4.1 A lógica do consumo

Da união do marketing com a ciência surgiu o neuromarketing onde nossos pensamentos, sentimentos e desejos subconscientes impulsionam nossas decisões de compra em todos dias de nossas vidas. Manejar esse mesmo sentimento para o bem é o melhor a fazermos para entender melhor a nós mesmos ao usar esse conhecimento em nossos desejos, impulsos e motivações para propósitos benéficos e práticos.

Neuromarketing não significa implantar ideias no cérebro das pessoas ou forçá-las a comprar o que não querem; significa revelar o que já está dentro da nossa cabeça; “a nossa lógica de consumo”.

George Loewenstein, um economista comportamental da Universidade Carnegie Mellon (Estados Unidos) confirmou: “A maior parte do cérebro é dominada por processos automáticos, e não por pensamentos conscientes. Boa parte do que acontece no cérebro é emocional, e não cognitivo”.

Estudos revelam que é preciso menos de dois segundos e meio para que um consumidor tome a decisão de comprar (Skoob).

As empresas sabem que têm menos de dois segundos para atrair seus olhos, capturá-lo e torná-lo um cliente (Martin Lindstrom).

As estratégias tradicionais que os profissionais de marketing têm utilizado para atrair nosso interesse e estimular nosso consumo não são de fato eficazes. Por um lado há quantidade de informação saturada, por outro, nossa memória seletiva nos ajuda a filtrar apenas aquilo com que nos identificamos e sentimos que precisamos.

Nem sempre aquilo que dizemos corresponde ao que pensamos de fato (área da neurociência). Não dizemos tudo o que pensamos, e constantemente nossos desejos estão em conflito com nossos próprios valores morais.

A lógica do consumo é capaz de beneficiar tanto aqueles que trabalham com marketing quanto os consumidores, que estarão mais atentos às estratégias persuasivas das grandes marcas e aprenderão a diferenciar entre aquilo que são levados a querer e o que realmente querem.

#### **2.4.2 Cultura, consumo, identidade e mudanças**

Segundo o crítico cultural Raymond Williams (1921-1988) os substantivos consumo (consumption) e consumidor (consumer) se tornarem predominantes na descrição de todo tipo de bem ou serviço. “Consumir”, nos diz o autor, está na língua inglesa desde o século XIV, e “em quase todos os primeiros usos em inglês, tinha um sentido desfavorável; significava destruir, esgotar, dilapidar, exaurir... Desde o século XVI, o uso antigo da palavra consumidor, tinha o mesmo sentido geral de destruição ou gasto.”

Foi a partir de meados do século XX, diz-nos o autor que eles passaram a ser empregados no sentido geral e popular que tem hoje. À busca de controle dos

mercados, o crítico cultural chama de "criação de necessidades e de modos específicos de satisfação".

O resgate etimológico feito por Williams mostra que houve uma construção cultural do consumo como algo socialmente positivo, aceitável e até mesmo estimulado. E isso ocorreu porque o consumo tem uma função muito específica na sociedade capitalista.

A cultura do consumo, portanto, é a cultura do capitalismo. Não por acaso, é nos Estados Unidos, em meados do século XX, que Raymond Williams localiza a expansão positiva da palavra consumo, já que foi naquele país que se configurou o que o filósofo francês Gilles Lipovetsky denominou de "a fase mais pura da cultura do consumo". Iniciava a se constituir ali um projeto hegemônico do consumo ligado a ideais como progresso, democracia e felicidade, que passou a alastrar globalmente, a definir, cada vez mais, nossa compreensão do mundo.

Foi na Europa e nos Estados Unidos a partir do final da década de 1970 e início da de 1980 que se fez sentir o interesse das ciências sociais e de historiadores pelo consumo.

Em pesquisa realizada por Barbosa e Gomes (2000) em dois dos maiores centros de pós graduação do Brasil constatou-se que, até o ano 2000, nenhum pesquisador se havia dedicado a estudar o consumo, a sociedade de consumo e suas especificidades entre nós.

Os números referentes ao consumo de determinados produtos e marcas não podiam ser explicados unicamente pelos padrões e pelo comportamento de consumo dos segmentos de renda A e B. Ou seja, por mais que estes consumissem determinados produtos e marcas, o consumo total destes era muito maior do que o possível para esses segmentos. Nos segmentos de renda C e D, o tratamento dispensado mudou recentemente, a partir tanto da experiência bem sucedida de alguns empresários, que se especializaram na comercialização de produtos para segmentos de baixa renda, quanto da redefinição da cultura de negócios sobre a importância desses grupos para a economia mundial.

A partir da compreensão das necessidades, fantasias e desejos de uma época, ressignificando-os segundo a sua própria lógica, a cultura do consumo foi se constituindo. As mercadorias se tornaram poderosas aliadas no processo de constituição de identidades e diferenciação social, em um momento no qual o

moderno projeto de construção de uma vida singular e autônoma deixava o sujeito ao capricho de seu próprio destino.

Com a globalização e as reestruturações produtivas a partir da década de 1980, o consumo vem se ampliando de forma a envolver cada vez mais domínios da vida. Isso começou a colocar em risco o equilíbrio tênue entre a lógica do consumo, o mundo social e a própria natureza; e o caráter negativo do consumo, no sentido original da palavra, passou a se fazer cada vez mais presente. A questão dos limites ao consumo passou a ser cada vez mais valorizada, fazendo-se presente em termos como consumo consciente, saudável, sustentável e solidário que se propõe a ajudar a consertar aquilo que ele mesmo provocou.

### **2.4.3 Como distribuir o consumo sem desperdícios**

Da mesma forma que o capitalismo, o consumo também funciona segundo uma lógica desigual e combinada. Ao mesmo tempo em que parte do planeta, em especial no mundo desenvolvido, inicia a colocar em causa os perigos do consumo excessivo e aponta para novos valores, como uma vida mais modesta e menos materialista, outra parcela tem acesso somente agora à euforia consumista, mesmo que com um sabor de fim de festa. Enquanto parte do mundo ocidental, já fartamente motorizado declara a necessária troca do carro pela bicicleta, a China torna-se um dos maiores mercados de automóveis de luxo, que, até alguns anos atrás tinha na bicicleta um de seus principais meios de transporte.

Isso nos leva a pensar especificamente o lugar no Brasil. Portanto ainda não realizada uma abordagem sócio cultural do consumo em nosso país, sabemos o quanto o debate atual a respeito da existência de uma “nova classe” caracterizada como “classe C” ou “nova classe média” é atravessado pela questão do acesso ao consumo. No mesmo momento, poderíamos também falar da posição de destaque do Brasil no consumo de luxo, assim como da emergência de movimentos voltados a reflexões sobre os desafios de um consumo “responsável”. Observamos aí a mesma lógica desigual que se verifica em escala global: por um lado o Brasil parece acompanhar as principais tendências e adquirir os novos valores do mundo ocidental desenvolvido; por outro, apenas agora uma grande parcela da população se incorpora à cultura do consumo.

No contexto de um país como o Brasil, abordar essa lógica desigual e combinada do consumo, pode ajudar a compreender o lugar fundamental que o consumo ocupa diante das principais questões econômicas, culturais e políticas de nossa época. O consumo é uma importante chave interpretativa para entendermos muitas questões contemporâneas das verdades mais profundas de uma sociedade a partir de seus aspectos aparentemente mais banais.

Mudar o modo de consumir é uma possível solução para a transformação do consumo exagerado. É preciso que os cidadãos adquiram conhecimento dos impactos de suas ações e tomem decisões acertadas no ato do consumo, o que refletirá na promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento local. O comportamento individual é a chave para compreender as mudanças que a sociedade ocasiona ao ambiente e, a partir daí, criar políticas.

#### **2.4.4 Consumo, pobreza e qualidade de vida**

Do ponto de vista macro, as medidas de política econômica nos últimos anos acabaram sendo um vetor adicional em direção à expansão do crédito.

Por um lado aumentou o crescimento do crédito com taxas de inadimplência relativamente controladas e do ponto de vista do tomador a qualidade dos produtos de crédito costuma ser baixa. É enorme a parcela dos brasileiros que utiliza mecanismos de crédito de baixa qualidade e que tendem a prejudicar o bem estar ao longo do tempo, sobretudo dos mais vulneráveis.

O Brasil possui uma extensa rede de correspondentes bancários, mais de 400 mil pontos espalhados pelo país. Grande parte dos correspondentes se dedica exclusivamente à expansão de crédito sem levar em conta os efeitos negativos do endividamento.

O consumo e o crédito que o financia não são vilões, mas mecanismos de satisfação de necessidades e desejos. As interpretações da nossa realidade têm diversas diferenças econômicas, culturais, sociológicas, etc. Sobressai aqui os aspectos econômicos, sobretudo quando considerados os desdobramentos negativos para os mais pobres.

É relativamente recente o estudo do consumo que o caracteriza como expressão e realização dos valores e identidade de uma pessoa.

Os jovens brasileiros são mais propensos do que os americanos para se endividar fazendo compras descontroladas no cartão de crédito. Os americanos reservam o uso do cartão para situações de emergência enquanto os brasileiros são menos disciplinados.

A conclusão das relações pobreza, consumo e bem estar formulou-se ao investigar mais de perto como se encontra o consumo da classe pobre na realização de entrevista com duas jovens na faixa etária de 21 e de 22 anos de idade, para assim, identificar a realidade da vida dessas pessoas através das seguintes perguntas:

- 1- Você trabalha? Quanto ganha?
- 2- O que você paga mensalmente? Sobra?
- 3- Você compra muito? Você tem cartão de crédito?
- 4- Você estuda? Até quando?
- 5- Quanto você ganha? E a família?
- 6- O que é realmente necessidade?
- 7- Vê se existem subclasses (Capital Econômico, Capital Cultural, Capital Social).
- 8- Visão de mundo e redes sociais.
- 9- Cite algo ou alguma coisa que você gostaria que melhorasse na sua vida.
- 10- Diga algo ou alguma coisa que você gosta na sua vida atualmente.

O resultado aponta tais situações:

A primeira jovem entrevistada chama-se Jéssica, tem 21 anos, mora na praia de Muriú, é mãe de uma criança de um ano. Jéssica não tem casa própria. Mora com os pais, que são caseiros numa chácara, o marido, a filha e uma irmã caçula de nove anos. O trabalho da jovem, tanto quanto o do marido é um trabalho sazonal, pois conseguem emprego na alta estação, ou seja, no verão. Não possuem portanto carteira assinada e chegam, cada, a ganhar um salário mínimo.

Pela condição da entrevistada, quando ganha ajuda a mãe e o que sobra compra coisas pessoais para si e para a filha. Consome somente o necessário e nunca possuiu cartão de crédito. Parou de estudar no segundo ano científico, mas pretende retornar quando a filha completar mais ou menos três anos de idade.

A família de Jéssica somada ao pai e mãe tem hoje mensalmente o ganho de um salário mínimo. Mesmo assim, a entrevistada afirma que quando trabalhar de carteira assinada pretende abrir uma conta poupança para juntar dinheiro.

Todos os membros da família estão no mesmo patamar em relação ao capital econômico, cultural e social. Não fazem uso das redes sociais, quando ao máximo chegam ser proprietário de um simples aparelho celular.

A jovem entrevistada aspira por melhores condições de vida, ou seja, pretende retornar aos estudos e trabalhar quando a filha crescer.

Atualmente o que mais gosta em sua vida é poder estar perto da sua família e da colaboração de um para com todos. Jéssica diz que não passa fome apesar da família ter como certo apenas um salário mínimo pois a chácara oferece o consumo de árvores frutíferas como manga, coco, batata doce e outros.

Íris de 22 anos é a outra jovem entrevistada. Morava e pagava aluguel na favela Maruim. Esse local foi desativado dando lugar a futura reforma e expansão do Porto de Natal. Dessa forma foi transferida para o Condomínio Maruim no bairro das Rocas onde mora na casa da avó do marido que tem um salário de aposentadoria.

A jovem não trabalha e cuida de duas filhas pequenas. O marido trabalhava como gari nas Ceasa com carteira assinada. Atualmente foi demitido e vive de um serviço ali e outro não.

Mensalmente paga água, luz e alimentação. Portanto nada sobra. Compra pouco e não possui cartão de crédito.

Íris estudou até a sétima série na escola do próprio bairro. Sua filha de cinco anos estuda e a segunda filha tem apenas um ano.

Todo o salário certo, ou seja, o salário mensal da família é de um salário mínimo para alimentar a avó, o marido, Íris e as duas filhas. Quando o marido trabalha realiza a necessidade de comprar roupas para si e para as crianças.

Percebi que existem subclasses no Condomínio Maruim. Apesar da situação atual da jovem entrevistada, outras famílias vivem no mesmo local em condições um pouco melhor, chegando algumas famílias possuírem automóvel.

Íris não gosta de ler, dessa maneira, sua visão de mundo e redes sociais se resume a possuir apenas um celular para fazer e receber ligações.

O que a jovem mais sente necessidade é de no momento não poder comprar roupa e higiene pessoal para as crianças. Íris se diz feliz por não pagar aluguel e estar sempre rodeada pela família.

De acordo com as entrevistas, o resultado me fez compreender que o consumo mínimo e necessário para essas pessoas pobres tornou-se supérfluo. A família dessa classe social parte do princípio de atender a prioridade das prioridades de suas necessidades e essa condição principal se resume em comprar alimento, pagar a luz e quitar mensalmente a água.

### **3 CONCLUSÃO**

A partir do estudo desenvolvido sobre relações entre pobreza, consumo e bem estar, ao analisar não somente os subsídios bibliográficos, como também a pesquisa de campo, é primordial ressaltar através das entrevistas o quanto foi importante sentir mais de perto que o bem estar dessa classe sobrevivente do século XXI reconhece que o termo qualidade de vida é estar ao lado da família e dos amigos. É compartilhar cada momento de dificuldade com a ajuda um do outro.

Nota-se que as condições de vida da maioria da população estão cada vez mais precárias. Os pobres em grande parte não são percebidos e nem atendidos nas necessidades básicas de saúde, moradia e educação, portanto, se sentem desestimulados. Sobretudo, percebe-se que o país vive um momento economicamente fragmentado por diversos motivos, entre eles: excesso de impostos, altos gastos do governo, falta de investimento em infraestrutura e presença muito forte do Estado na economia.

É preocupante num país tão extenso e que se paga uma gama de impostos carregar obstáculos ao desenvolver suas atividades e, conseqüentemente atingir a vida das pessoas que necessitam de melhorias urgentes e assistência para viver. Precisa-se de uma mobilização por parte das autoridades competentes, para que assim se conscientizem e promovam as condições de vida dessa classe, tendo em vista, que são questões urgentes de serem solucionadas e de extrema importância para o desenvolvimento de uma Nação.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável, **Rev. bras. Ci. Soc.**, Rio de Janeiro, v.15, n.42, p. 123-142, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CASTILHOS, R. B. Subindo o morro: consumo, posição social e distinção entre famílias de classes populares. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/MKT-B2234.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

FERREIRA, Francisco H. G.; LITCHFIELD, Julie A. **Desigualdade, pobreza e bem estar social no Brasil - 1981/95\***. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/315578/mod\\_resource/content/1/Desigualdade,%20pobreza%20e%20bem%20estar%20social%20no%20Brasil.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/315578/mod_resource/content/1/Desigualdade,%20pobreza%20e%20bem%20estar%20social%20no%20Brasil.pdf)>. Acesso em 02 abr. 2017.

LINDSTROM, Martim. **A lógica do Consumo: Verdades e mentiras sobre por que compramos**. Tradução Marcello Lino. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2016.

PIKETTY, Thomas. **A Economia da Desigualdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

REVISTA GV EXECUTIVO. Consumo. V. 14, n. 1, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/gv-executivo/vol14-num1-2015>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social. Centro Administrativo – Natal/RN.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. **A nova Geografia da fome e da Pobreza**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2004.

VIEIRA, Pedro Cosme da Costa. **Introdução à teoria do consumidor**. Porto, Portugal: Faculdade de Economia do Porto, 2004.